



CND e CNS debatem carreiras dos servidores dos IFs

De 21 a 25 de agosto as Comissões Nacionais Docente (CND) e de Supervisão (CNS) se reuniram em Brasília-DF, na sede do SINASEFE, para discutir carreiras e preparar o 2º Seminário de Carreira do sindicato, que deve acontecer ainda em 2019.

Nove dos 10 membros titulares dessas Comissões se fizeram presentes e debateram muitas questões relacionadas à categoria em um momento conjuntural que o governo Bolsonaro empreende fortes ataques à Educação Pública e aos educadores, como a proposta de redução de salários e carga horária; o Programa Future-se (que tem por objetivo entregar o Ensino Público à iniciativa privada); a implantação do ponto eletrônico; dentre outras ofensivas contra a categoria.

CND e CNS entendem que, diante dessas fortes ameaças que a cada

dia surgem, já que os ataques contra os servidores e os serviços públicos não param, precisamos nos mobilizar e criar estratégias de ação para barrar essas ameaças. Assim, foram elencados vários pontos relevantes que são emergentes e que por isso necessitam de uma discussão mais apurada com toda a base do SINASEFE.



CNS se reuniu com representantes do governo para tratar das demandas da categoria

A CNS esteve reunida em Brasília-DF, juntamente com os diretores de plantão, entre os dias 21 e 24 de agosto.

A primeira atividade da Comissão, no dia 21, foi atualizar todo o material relativo ao debate das carreiras dos técnico-administrativos (TAEs), com foco principalmente nas atribuições dos cargos e dos critérios de ingresso; e também a consulta aos ofícios enviados ao Ministério da Educação (MEC), ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e à Fasubra Sindical.

Várias questões foram apontadas, tais como a necessidade de atualização dos critérios de ingresso, a racionalização dos cargos do PCCTAE, a questão das atribuições dos cargos e como essas discussões passavam e/ou deviam passar pela CNS; sem falar da legítima e insistente cobrança pela base em seus fóruns por respostas e atitudes da CNS, no sentido de que a mesma reunisse e prestasse esclarecimentos sobre esses pontos.



Segundo a representação do governo, a nova gestão do MEC reconhece o seu total desconhecimento quanto à CNS e qualquer assunto relacionado com a mesma; e ainda que é necessário aguardar a nova gestão se apropriar do assunto, inclusive da legislação que trata da CNS – a lei 11091/2005.

GRATIFICAÇÃO



Retirada das FGs e do RSC

Um ponto importante que foi discutido entre CND e CNS está relacionado à retirada das Funções Gratificadas (FGs) de alguns servidores.

As Comissões debateram esse tema e chegaram à conclusão de que – muito embora esse tipo de remuneração não faça parte dos vencimentos dos servidores e que, por essa razão, o SINASEFE não tem poderes legais para interferir na questão – essa retirada das FGs é uma decisão puramente da gestão.

É preciso, entretanto, atentar para o fato de que essa decisão dos gestores interfere nas vidas dos servidores e que, por isso, necessita que o sindicato atue em vistas a solucionar esse ponto.

Também foi ponto debatido pelas Comissões a possibilidade de retirada do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), o que foi entendido como sendo uma conquista assegurada em lei e, portanto, não pode ser retirada do contracheque do servidor.

Encaminhamentos

1. Envio de ofícios às entidades parceiras que compõem a CNS e cobrança para convocação da CNS por parte do MEC.
2. Construção de formulário próprio da CNS para apurar a situação das Comissões Internas de Supervisão (CIS) nas bases. Levantamento e mapeamento da atual situação das CIS, com perguntas específicas quanto ao funcionamento delas.
3. Debate quanto aos técnico-administrativos dos Ex-Territórios Federais. Analisar decreto que beneficiou a transição dos servidores do Amapá, com acompanhamento legislativo por parte da CNS. Definir ações que poderão ser tomadas até a próxima reunião.
4. Reforma Administrativa: análise e debate do Ofício nº 2/2019 do Ministério da Economia – carreirão, carga horária, flexibilização da jornada de trabalho, ponto eletrônico, demissão de servidores estáveis etc. Necessidade que a CNS faça acompanhamento permanente junto às comissões do Congresso Nacional que estão debatendo o tema.
5. Construção do 10º Fórum Nacional das CIS (FNCIS), em Natal-RN. A CNS entrou em contato com a organização do evento e nos foi informado que, devido aos cortes de verbas, o 10º FNCIS (que ocorreria em setembro) foi suspenso até a regularização do orçamento do IFRN. Pelo caráter também institucional que o evento possui, construído com o apoio das entidades sindicais, os cortes na Educação afetaram sua realização. A CNS encaminhará à Direção Nacional (DN) do SINASEFE uma solicitação de que ela esteja à frente da organização do FNCIS, dando apoio ao Sinasefe Natal-RN, que já se colocou à disposição nesta questão.
6. Organizar a participação da CND e CNS e elaborar material específico para mesa da 161ª Plenária Nacional do sindicato, que acontecerá nos dias 28 e 29 de setembro. Necessidade de chegada das Comissões no dia 26/09 e reunião no dia 27/09.
7. Melhorar a comunicação das Comissões com a base. Autorização da Pasta de Comunicação para construir alguns canais de contato, tais como um FAQ (perguntas e respostas); formulário das CIS; e-mail; cobertura das atividades das Comissões em Brasília-DF; eventos com a participação das Comissões; visitas ao MEC; ofícios; material quanto as carreiras; relatórios das Comissões; possibilidade de criação de espaço para as Comissões no futuro App do sindicato.
8. Participação da CND e CNS no 13º Escime, em Campo Grande-MS, nos dias 13, 14 e 15 de setembro, para debater as carreiras dos técnicos e docentes das IFEs vinculadas ao Ministério da Defesa.
9. Participação da CNS em atividade a ser construída no Rio Grande do Norte sobre Educação Pública.
10. Reunião com entidades parceiras (Andes-SN e Fsubra) foi adiada; os representantes não puderam comparecer, mas justificaram as ausências.
11. Organização do 2º Seminário de Carreira do SINASEFE: detalhes, mesas e palestrantes. Temário será “Mobilize-se: quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Convidar entidades parceiras (Andes-SN e Fsubra) e o MEC para participar do Seminário. Data provável: 6 a 8 de dezembro de 2019, em São Paulo-SP.
12. Discussão na 161ª Plenária Nacional sobre a questão do endividamento da classe trabalhadora e possíveis entraves para mobilizações e eventuais greves.

